



Anais da Assembléia

Nº 133

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 201ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1976

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Accioly Neto e Ivo Thomazoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 131/76

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de FLÓRIDA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 132/76

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-

PAR com o município de ITAGUAGÉ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 133/76

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 20 de abril de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de MARMELEIRO, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 134/76

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo do Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR com o município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 135/76

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-PAR com o município de PAISSANDU, objetivando a constru-

ção de prédio destinado à Delegacia de Polícia de Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 136/76

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de BOM SUCESSO, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia de Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os números 197, 198, 199 e 200/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei números:

40/76: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade Pública a "Escola Estadual de Equitação", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 632. — Agradeça-se.

85/76: Do Senhor Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública, o Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos, o qual convertido em Lei tomou o número 6833. — Agradeça-se.

82/76: Oriundo da Mensagem Governamental sob o número 89/76, encaminhando anteprojeto de lei que doa ao município de Londrina, área de terras com 14.999,10 m², em Jardim Bandeirantes naquela Cidade, o qual convertido em lei tomou o número 6834. — Agradeça-se.

80/76: Do Senhor Deputado Werner Wanderer que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual "Marechal Cândido Rondon", com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6833. — Agradeça-se.

Do Senhor Alpheu Luiz Padre da Cura da Sé, que cede à esta Casa Legislativa 4 (quatro) dos antigos bancos daquela Sé Metropolitana da Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, para serem colocados na Capela dessa Assembléia Legislativa, desejando aos ilustres membros deste Poder possam sempre, na presença do Senhor, encontrar luzes e verdadeira sabedoria para bem construir uma Cidade de Homens onde não falte nem seja dificultada a Cidade de Deus. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de VOTO DE REGOZIO, pelo transcurso do Cinquentenário da Arquidiocese de Curitiba.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, digníssimo Arcebispo de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar dos Anais desta Casa, o artigo anexo, publicado na edição de 13 de outubro corrente no jornal "Folha de Londrina", sob o título "Transportes Coletivos Urbanos continuarão só com a V.U.L.?"

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Desembargador ZEFERINO MOZZATO KRUKOSKI, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ao Exmo. Sr. Dr. EUCLIDES SCALCO, DD. Presidente do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro e ao Exmo. Sr. Dr. AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, DD. Presidente do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional, solicitando que seja estudada uma fórmula capaz de conciliar os interesses dos candidatos e das emissoras de Rádio e Televisão, no que diz respeito a uma possível reformulação dos horários gratuitos, uma vez que a intercalação de 5 minutos em cada 25 na programação das emissoras de televisão vem causando problemas às mesmas e à continuidade da apresentação dos candidatos.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Acompanhando o desenvolvimento do horário gratuito destinado ao T.R.E. e aos Partidos Políticos, este Deputado tem notado o prejuízo que vem sendo causado às programações normais das diversas emissoras de Televisão de nosso Estado.

Da mesma forma, os 5 (cinco) minutos destinados à apresentação dos candidatos de ambos os Partidos, são insuficientes para os fins a que se destinam.

Reconhecendo o esforço dessas emissoras e considerando que a legislação que previu a modificação desse horário é recente e está sendo colocada em prática pela primeira vez, parece-nos que esses ajustes na sua aplicação são viáveis e seguem os ditames do bom senso, pois, não vindo em prejuízo dos Partidos, ou dos candidatos, e não ferindo o espírito da Lei, podem ser objeto de estudo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, na forma regimental e, após aprovação do Plenário, requer a inserção em Ata, de voto de louvor ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, pela instalação do 2º CON-CON (Congresso e Convenção dos Contabilistas Paranaenses) a realizar-se no período de 19 a 22 deste, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Conhecemos os resultados altamente profícuos colhidos durante e após o Primeiro CON-CON levado a efeito no ano passado.

O temário elaborado para a fase dois é de dimensional importância, sobretudo pela presença do item referente à classe e atinente à recente Lei das Sociedades Anônimas.

É motivo de orgulho para a gente paranaense observar a seriedade voltada pelos contabilistas aos problemas da auto-afirmação da profissão.

Aos companheiros das duas bancadas partidárias, apelo no sentido de que esta Casa de Leis, através da douta Mesa Diretora expeça mensagem congratulando-se pela iniciativa do SC do Paraná e constitua Comissão representativa desta Assembléia, para representá-la na Sessão de Instalação.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 122/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CAMPING CLUBE DO BRASIL", Secretaria regional do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O Camping Clube do Brasil, sociedade civil sem fins lucrativos, é uma entidade com sede na cidade do Rio de Janeiro, e com Secretaria Regional no Paraná, que tem por objetivo promover e desenvolver o campismo organizado em nosso País.

Representante oficial do Brasil junto à Federation Internationale de Camping et Caravaning - FICC, com sede na Suíça, o Camping Clube do Brasil congrega cerca de 80 mil associados em todo o Brasil, sendo cerca de 5.000 em nosso Estado e no de Santa Catarina.

As informações que anexamos ao presente, por si só dão conta das atividades apresentadas pelo Camping Clube do Brasil, razões pelas quais achamos de justeza o reconhecimento público.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu havia preparado para hoje um rápido pronunciamento, que entendo deva fazê-lo ainda que apenas para que conste dos Anais desta Casa.

(Lendo): "Ocorre que, na semana passada foi afirmado por um ilustre parlamentar do MDB, da tribuna desta Casa, que os homens da Oposição estavam procurando as obras do Governo Estadual e Federal, em Londrina.

Parece-me incrível tal expressão, quando Londrina inteira sabe que a presença do Governo Estadual e do Governo Federal tem sido uma constante naquele município.

E não é difícil fazer a prova. No setor educacional, Londrina nunca recebeu em toda a história, tantos benefícios como tem recebido atualmente, e isso foi, inclusive, declarado publicamente pelo seu Prefeito quando da inauguração de uma das unidades escolares construídas na Capital do Café.

E não há como negar, pois as obras estão lá: no Jardim Bandeirantes, foi construída uma unidade escolar em área de 1.148 m², possibilitando a matrícula de perto de 1.000 alunos, escola essa, já entregue em abril deste ano; no Jardim Flórida, foi construída outra unidade escolar, com quase 2.000 m² de

área construída, excelente prédio de alvenaria em dois pavimentos. É a Escola Newton Guimarães, já entregue em maio deste ano, possibilitando nada menos que 1.440 matrículas; no Jardim Leonor foi construída outra unidade escolar, toda em alvenaria, com 19 salas de aula e mais as dependências, com uma área construída de 2.461 m², cuja obra foi entregue no mês de maio deste ano; no Jardim Santa Rita, outra obra foi construída pela Fundepar, em convênio com o Premem. Trata-se de uma unidade escolar de ensino de primeiro grau, com 22 salas de aula, numa área construída de 3.080 metros quadrados, obra também já entregue no primeiro semestre deste ano.

Só nessas citações, já estão quase 9.000 m² de construção que, honestamente, não posso crer que a oposição não tenha visto.

O que sei é que o povo viu; o que sei é que os moradores do Jardim Leonor, do Jardim Santa Rita, do Jardim Bandeirantes, do Jardim Flórida e Vila Brasil, são as melhores testemunhas dessa presença formidável do Governo Estadual em Londrina.

Mas, não ficam aí as obras do atual Governo.

Na Vila Nova, outro núcleo de grande população, está sendo construída outra expressiva obra: a unidade escolar Nilo Peçanha, com 1.700 metros quadrados de área construída com conclusão prevista para abril do próximo ano. No Jardim Paraíso, foi iniciada a construção de uma outra escola com 8 salas de aula, através da R.K. Construção Civil Ltda. Essa mesma firma iniciou a construção de outra unidade escolar também com 8 salas de aula, no Parque das Indústrias.

A Soteng Ltda. iniciou a construção de uma escola polivalente de ensino de segundo grau, com 14 salas de aula, com 2.900 m² de área construída, no valor de quase 7 milhões de cruzeiros, cuja obra deverá estar concluída até agosto de 1977.

Também está sendo feita a ampliação do Colégio Estadual Vicente Rijo, com 7 salas de aula específicas, e dependências em alvenaria, através da EBESA SA.

Da mesma forma, está sendo processada a ampliação do Instituto de Educação de Londrina, com 991 metros quadrados de construção, com previsão do término das obras para abril do próximo ano.

A Técnica Canadá iniciou a construção no Horto Florestal de 10 salas de aula, numa área de 1.040 m² de construção.

A Construtora Planalto Ltda deve iniciar, de imediato, se ainda não o fez, a construção de outra unidade escolar, essa no Jardim Itamaraty, com 1.040 m² de área construída.

Deverão, ser ainda, iniciadas outras duas unidades escolares: uma, na Planta Waldemar Hauer, com 10 salas de aula, e a ampliação de 8 salas de aula no Grupo Escolar Gabriel Martins.

Se com tantas obras do Governo do Estado, em Londrina, ainda tenhamos que ouvir declarações de que a oposição está procurando tais obras, creio que com esta enumeração vai ser muito mais fácil encontrá-las.

Aliás, mais fácil seria a própria oposição perguntar ao povo: no setor de reparos e reformas, o Governo do Estado também marcou presença em Londrina. Basta visitar o Grupo Escolar Hugo Simas no coração da cidade, cuja reforma foi feita, custando perto de 600 mil cruzeiros ao Estado. Foi também reformado o Ginásio Antônio Moraes de Barros, e no último dia 8, foram assinados em Londrina, os contratos para reforma do Grupo Escolar Sagrada Família, Grupo Escolar de Tamarana e Grupo Escolar Willy Davids.

Nesta referência às obras do Governo Estadual em Londrina procuramos resumir apenas um dos setores governamentais: o setor educacional.

Não mencionei a notável contribuição do BNH à Londrina cujas verbas do Governo Federal permitiram a realização da maior parte da administração do Sr. Prefeito de Londrina.

Não mencionei aqui a situação do INPS em Londrina e os

enormes benefícios trazidos ao município e isso é tão verdade que no dia 21 de agosto último, Londrina entregou ao Presidente do BNH o título de Cidadão Honorário, cuja cidadania teve como autor o próprio Prefeito do MDB e aprovação unânime da Câmara Municipal, onde o MDB detém maioria.

Não fiz referência ao viaduto rodoviário na Celso Garcia Cid, uma importante obra para atender aos universitários daquele importante município, cujos editais de concorrência já foram assinados.

Não mencionei a recente entrega das novas obras de energia elétrica na subestação Roland Davis, nem recordei a notável presença da COPEL em Londrina, a tal ponto que até o final do primeiro semestre já haviam sido aplicados, somente na área de Londrina, cerca de sessenta milhões de cruzeiros.

Gostaria ainda, Senhor Presidente, depois de enumeradas algumas obras que provam suficientemente o muito que Londrina tem recebido dos governos estadual e federal — razão fundamental do espetacular crescimento da ARENA em Londrina, cujo crescimento está colocando em desespero a oposição, encaminhar à Mesa um requerimento solicitando a transcrição de artigo publicado na edição de 13 de outubro da "Folha de Londrina", por se tratar de assunto da mais alta importância em Londrina.

Trata-se de uma concorrência pública para a exploração dos serviços de transportes coletivos de Londrina.

Referido artigo é assinado pelo advogado Aldyr Dias Viana, e é importante que se faça o registro, não é pessoa filiada ao nosso Partido, mas pelo contrário, defende uma das candidaturas do MDB na cidade de Londrina.

Recentemente o ex-Prefeito José Hosken de Novaes abordou o assunto em entrevista concedida em Londrina, fazendo um apelo ao Prefeito do MDB para que não fizesse a concorrência, altamente prejudicial ao município.

Mais tarde o Prefeito José Richa disse aceitar debater o assunto com o professor Hosken de Novaes.

Recebeu resposta imediata: Hosken aceitaria o debate e indicou como local para o mesmo a Câmara Municipal ou a Associação Comercial e inclusive propôs que fosse realizado de imediato, por ser ele um homem muito ocupado.

Sugeriu que as emissoras de rádio ou de televisão e os jornais que desejassem, que fossem ao local para acompanhar os debates.

Só que o ex-Prefeito José Hosken de Novaes continua esperando a resposta do blefe.

Em seguida foi publicado o artigo que passaremos a ler e que desejamos fique nos arquivos desta Casa, pois no futuro ninguém poderá negar que houve um apelo ao bom senso.

A carta aberta ao Prefeito José Richa é assinada pelo Dr. Aldyr Dias Viana, que conforme já informamos, faz campanha para outro candidato do MDB, está vazada nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Prefeito Dr. José Richa.

Tomei conhecimento, pela imprensa, que V. Exa. está realizando uma concorrência pública para exploração dos serviços de transportes coletivos de nossa cidade.

Não permita, Sr. Prefeito, que se dê prosseguimento a essa mal nascida e malfadada concorrência, na forma exposta no Edital.

Como munícipe, como cidadão e como membro dessa comunidade londrinense, conheço seu bom senso, seu equilíbrio, seu tirocínio e sua honradez, por todos louvados e nunca duvidados, Dr. José Richa.

Dai a minha estranheza por essa inoportuna, extemporânea e infeliz concorrência para exploração dos transportes coletivos urbanos de nossa cidade que, de plano, provoca as seguintes indagações:

1) — A referida concorrência na forma da lei que a aprovou e do edital que a convocou é de interesse do povo?

2) — A concorrência, às vésperas das eleições municipais e no fim de seu mandato, é moral, filosófica, ética, administrativa e politicamente recomendável?

3) — A entrega a uma única e exclusiva empresa, pelo prazo de 10 anos, prorrogáveis por outros 10, de todas as linhas presentes e futuras, numa cidade como Londrina, que terá nesse período aproximadamente um milhão e trezentos mil habitantes é ato politicamente correto?

4) — É moralmente válida a cláusula que obriga o município a comprar todo o acervo da concessionária, depois de vinte anos de uso, tais como ônibus, imóveis, equipamentos, acessórios e tudo ou mais, mediante indenização pelo real valor, inclusive o ponto e o fundo de comércio de tal empresa?

5) — É correto politicamente que um Prefeito em fim de mandato assuma o compromisso para que outro Prefeito seja obrigado a adquirir sucata e carcaça de ônibus velhos, daqui a vinte anos?

6) — Afora a empresa que atualmente explora os serviços de transportes coletivos de nossa cidade, título permissivo, crê V. Exa. que qualquer outra empresa daqui ou de fora tenha condições de atender às exigências a curto prazo, não para efetivamente explorar o serviço, mas tão somente para enfrentar a concorrência?

7) — Melhor reexaminando o assunto, não concorda V. Exa. que a exigência de capital mínimo de Cr\$ 10.000.000,00; experiência mínima de dez anos no ramo prova de propriedade de um mínimo de 100 ônibus; prova de contratação de pessoal suficiente para operar tais ônibus e a posse de garagem com um mínimo de 15.000 metros quadrados, em Londrina, representa, na prática, a entrega antecipada da concessão pelos longos vinte anos à atual empresa que já vem explorando o serviço, isto é a Viação Urbana Londrinense?

8) — Não é mais lógico, político e administrativamente que o Senhor, Dr. José Richa, Prefeito em fim de mandato, deixe este assunto de vital importância para ser solucionado pelo futuro Prefeito a ser eleito dentro de trinta dias sem as conseqüentes interferências e pressões que uma campanha político-eleitoral provoca?

9) — Se assim não entender o Senhor, Dr. José Richa, não é então pelo menos mais recomendável que V. Exa. remeta nova mensagem à Câmara Municipal, para aprovação de outra Lei que permita a concessão, não pela totalidade dos serviços, mas por linhas e trechos a diversas empresas, o que implicaria na quebra do monopólio até hoje inexistente?

10) — Quais são os benefícios que advirão para a comunidade londrinense e para os usuários dos transportes coletivos urbanos, com a exploração de tais serviços por uma única e exclusiva empresa, presente e futuramente, durante os próximos vinte anos?

11) — Crê, sinceramente, Sr. Prefeito, que a concorrência tal como foi posta, tem autenticidade verdadeira? Que a extensão dos serviços (totalidade das linhas) e a amplitude das exigências permitirão uma disputa efetiva? Que em realidade haverá competição e concorrência na pureza dessas expressões?

12) — A quem, realmente, interessa economicamente a concorrência da forma em que está sendo feita a efetiva exploração dos serviços por uma única empresa de transportes coletivos em Londrina?"

Este é o teor da Carta Aberta que tem, como título, "Transportes Urbanos, continuarão só com a Viação Urbana Londrinense?"

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se também tivéssemos como outros que aqui têm estado, apenas para assacar críticas, caluniar e difamar, se tivéssemos também outra intenção, talvez poderíamos apenas a título de pitoresco, dizer:

— É tão curioso que uma concorrência desta, que todo o

mundo está sabendo, visa exclusivamente a Viação Urbana Londrinense; é tão curioso, que o Comitê do candidato do Prefeito funciona exatamente num prédio da Viação Urbana Londrinense.

Sem comentários.

- O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa consulta à Liderança da Arena, no caso o vice-líder, Deputado Gilberto Carvalho, se usará o tempo reservado à Arena.
- O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tendo declinado, consulto o Sr. Deputado Muggiati Filho.
- O SR. MUGGIATI FILHO — Declino, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tendo declinado os dois Deputados, encerra-se a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente.

Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 192/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 325/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PATO BRANCO, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR AGOSTINHO PEREIRA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 194/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 188/76, Mensagem 39/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de melhorias no prédio do GINÁSIO ESTADUAL da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 195/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/76, Mensagem 51/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e o Município de FÊNIX, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 196/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 196/76, Mensagem 56/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 197/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 220/76, Mensagem 70/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de BORRÃOZÓPOLIS, objetivando o fornecimento de equipamentos para a

DELEGACIA DE POLÍCIA local conforme específica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 198/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 223/76, Mensagem 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de WENCESLAU BRAZ, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, conforme específica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 200/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 242/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR LEANDRO MANOEL DA COSTA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 200/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAÍ DO SUL objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Leandro Manoel da Costa, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidenye; Adalberto Daros, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 242/76

A presente Proposição 242/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 201/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 250/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de SENGÊS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer

favorável da C.C.J., por unanimidade — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 201/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de SENGES, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de Porto Felício Correia, Casa Escolar Rui Barbosa, Casa Escolar Serraria Velha e Grupo Escolar Erasmo Braga, no referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 250/76

A presente Proposição 250/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SENGES, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado, naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 202/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 260/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 202/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Corumbataí do Sul, Ginásio Estadual Machado de Assis e Grupo Escolar de Curilândia, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto

Presidente

Adalberto Daros

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 260/76

A presente Proposição 260/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 107/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 48/75, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório que visa estabelecer por Decreto, o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas dos Fundos de Reequipamentos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., com EMENDAS SUBSTITUTIVAS e favorável da C.P., à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 107/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer por Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, criado pela Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL, criado pela Lei 6102, de 27 de maio de 1970, e do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei 6361, de 21 de dezembro de 1972.

Art. 2.º — O artigo 3.º da Lei 6164, de 10 de janeiro de 1972, alterado pela Lei 6470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — I Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato — tendo como membros, o Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego PMEP, o Chefe da 4.ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um representante da Secretaria das Finanças.

Art. 3.º — Fica expressamente revogado o artigo 6.º da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 19 de agosto de 1976.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 107/76

1.— Através da Mensagem 48/75, o Governador do Estado encaminha Anteprojeto de Lei, que tomou o número 107/75, pelo qual pede à Assembléia Legislativa autorização para “estabelecer por Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, criado pela Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil - FUNRESPOL, criado pela Lei 6102, de 27 de maio de 1970 e do Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário criado pela Lei 6361, de 21 de dezembro de 1972”. Dispõe, ainda, o plano de lei, que o “Art. terceiro da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972, alterado pela Lei 6470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“... O Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato - tendo como membros, o Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego PMEP, o Chefe da quarta Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um representante da Secretaria das Finanças”.

Consta por fim, do texto do projeto, que “fica expressamente revogado o Artigo sexto da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972” (Art. terceiro).

2.— A justificativa governamental está consubstanciada em Exposição de Motivos do Secretário das Finanças, anexada à Mensagem.

No que diz respeito à fixação por Decreto do Percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, esclarece-se na referida Exposição que o objetivo da medida é “tornar flexível ao Poder Executivo a destinação de recursos que irão constituir receita dos citados Fundos, ao mesmo tempo em que o controle de desembolso tornar-se-á mais efetivo, propiciando a redução gradualista dos percentuais definidos, nas ocasiões oportunas”.

Quanto à nova redação proposta para o Artigo terceiro, da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972, cujo texto já fora objeto de alteração por força da Lei 6470, de 22 de outubro de 1973, a sua justificativa, consoante a mesma exposição, se estriba na “necessidade de inclusão no Conselho Diretor do FUNRESTRAN do Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Chefe da quarta Seção do Estado Maior Geral tendo em vista que a implantação destes cargos ocorreu após a constituição do citado Fundo e por serem de real significação quanto aos poderes decisórios dentro de suas atividades inerentes”.

Por derradeiro, o Secretário das Finanças recomenda a revogação expressa do Art. sexto, da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972 porque este dispositivo incorre em inconstitucionalidade face os termos do Artigo 33, § terceiro, da Constituição Estadual.

3.— Cada uma das disposições do Projeto deve ser analisada isoladamente, tendo em vista que, embora tratem de assuntos comuns e que se interligam, dão corpo à situações diferentes no plano jurídico-constitucional.

Assim:

i) O Art. terceiro, do Projeto, estabelece que:

“Fica expressamente revogado o Artigo sexto, da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972”.

Esse dispositivo da Lei 6264, cuja revogação é proposta, tem a seguinte redação:

“Do total de receita atribuída ao FUNRESTRAN será destinada até 1 (um) por cento para pagamento de despesas administrativas”.

Efetivamente, tal regra de aplicação da receita originária de tributo colide com o mandamento constitucional (Art. 33, § terceiro, da Constituição Estadual) que veda a “vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa, exceto disposição constitucional em contrário. A lei poderá, todavia, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita do orçamento de capital, proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes”.

Na espécie, de um lado não há disposição constitucional autorizatória da vinculação constante no Art. 6.º da Lei 6264, e de outro tanto, as despesas administrativas a que se refere constituem despesa corrente, o que é defeso à lei ordinária como se vê do texto da segunda parte do Art. 33, §3.º da Carta Política Estadual.

É correta, pois, a medida preconizada pelo Projeto, que tem, nesse passo, íntegra adequação constitucional.

II — O Art. 2.º do Projeto, dispõe que:

“O Artigo 3.º da Lei 6264, de 10 de janeiro de 1972, alterado pela Lei 6470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — O Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN - Será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato - tendo como membros, o Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego PMEP, o Chefe da 4.ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um representante da Secretaria das Finanças”.

Em relação ao texto do Art. 3.º da Lei 6264, o Projeto de iniciativa governamental acresce na composição do Conselho Diretor do FUNRESTRAN mais dois membros - Diretor Geral da Secretaria da Segurança Pública e do Chefe da 4.ª Seção do Estado Maior Geral da PMEP - que passarão a integrar o mencionado órgão. É que, no entendimento do Governador, encampando a Exposição de Motivos do Secretário das Finanças, a participação do Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública e do Chefe da 4.ª Seção do Estado Maior da PMEP, no Conselho Diretor do FUNRESTRAN é necessária, oportuna e de interesse público, além de ser “de real significação quanto aos poderes decisórios dentro de suas atividades inerentes”.

Nada está a impedir o livre trânsito legislativo desse dispositivo, que tem respaldo legal e constitucional.

III — O Art. 1.º do Projeto, reza que:

“Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer por Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, criado pela Lei 6.264, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil - FUNRESPOL - criado pela Lei 6102, de 27 de maio de 1970, e do Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário - FUNRESAN, criado pela Lei 6361, de 21 de dezembro de 1972”.

Essa proposta governamental, verdadeiramente consubstancia uma delegação legislativa de ordem tributária, pois o pedido visa a autorizar o Poder Executivo a estabelecer percentual de taxas através de Decreto.

Antes de mais nada, convém fixar, desde logo, que as taxas, ao lado dos impostos e da contribuição de melhoria, constituam espécie de que é gênero o tributo (Código Tributário Nacional - Lei 5172, de 25.10.66 - Art. 5º). Assim, por definição, legal, a taxa é tributo.

A Constituição Federal estabelece no art. 153, § 29, o denominado princípio da legalidade tributária, expresso da seguinte forma:

“Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, ressalvados a tarifa alfandegária e a de transporte, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto lançado por motivo de guerra e demais casos previstos nesta Constituição”.

É a primeira parte do preceito — “nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça” —, que contém o princípio da legalidade tributária; quanto à segunda parte, estamos diante da chamada segurança tributária, que, no momento, não interessa ao exame pedido de autorização do Governador, para mediante decreto, fixar o percentual de taxas.

Como assinala ALCINO PINTO FALCÃO, “o princípio da legalidade das contribuições públicas, do seu livre consentimento, cobrança e duração, repousa em velha reivindicação, a que o artigo 14 da Declaração Francesa de 1789 já pretendia tutelar. Por isso e para marcar um traço que serve para distinguir o regime de liberdade do absolutista, em que o rei podia cobrar impostos que não haviam sido aprovados pelos súditos, a Constituição Francesa de 1791, no Capítulo III, Seção primeira, número três, firmou a competência exclusiva da Assembléia Nacional Legislativa para estabelecer as contribuições públicas, determinar-lhes a natureza, quantidade, duração e o modo de percepção. Passou a ser ponto pacífico que só a lei é que pode impor tributos...” (Constituição Anotada, Vol. II, pág. 231).

Por sua vez, MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO é enfático “Em favor da necessária participação das Câmaras Representativas no estabelecimento do ato pelo qual se cria o tributo ou é ele aumentado está uma longa tradição, que procede mesmo da própria raiz do regime constitucional. Com efeito, o regime constitucional se desdobrou na Inglaterra a partir da exigência de que não se criassem nem se cobrassem tributos sem o consentimento dos contribuintes. Foi isso exatamente que fez surgir e desenvolver-se o princípio representativo. Assim, pois, o controle da taxaço; pela representação popular é uma das peças básicas e fundamentais do estado constitucional e, portanto, do regime político que a Constituição estabelece”.

(Comentários, Vol. 3, pág. 127).

Em Nosso direito constitucional esse princípio da legalidade tributária sempre teve abrigo, à exceção da Carta de 1937, que nada tinha de explícita.

Assim,

“A Carta Imperial, de 1824, no Art. 171: “Todas as contribuições diretas, à exceção daquelas que estiverem aplicadas aos juros e amortização da dívida pública, serão anualmente estabelecidas pela Assembléia Geral, mas continuarão até que se publique a sua derrogação, ou sejam substituídas por outras”;

— A Constituição de 1891, no Art. 72, § 30: “Nenhum imposto de qualquer natureza poderá ser cobrado senão em virtude de uma lei que o autorize.”

— A Constituição de 1934, no Art. 17, dizia ser vedado: “no VII: Cobrar quaisquer tributos sem lei especial que os autorize, ou fazê-los incidir sobre efeitos já produzidos por atos jurídicos perfeitos”.

— A Constituição de 1946, no Art. 146, § 34: “Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra”.

— A Constituição de 1967, no Art. 153, § 29: “Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra”.

Dessa forma, é histórica e consagrada constitucionalmente a exigência de que somente a lei poderá instituir assim como aumentar o tributo. Ao se referir à primeira parte do

§ 29, do Art. 153, da Constituição Federal, o já citado MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO explica que o dispositivo “significa que toda prestação a ser exigida pelo Estado, em razão de seu imperium, há de ser estipulada pela lei e só por ela” (ob. e loc. cit.).

E a lei a que se refere o preceito é aquela representada por ato do Poder Legislativo com a sanção do Presidente da República, na União, e do Governador do Estado, na unidade da Federação. É a lei ordinária de que trata o Art. 46, III, da Constituição Federal, elaborada consoante as regras contidas nos Arts. 51 e seguintes da mesma Carta. (No Estado, Art. 23, III, e Art. 25 e seguintes).

Ora, a pretensão do Governador do Estado, expressa pelo Art. 1º, do Projeto de Lei número 107/75, não se coaduna com o princípio da legalidade tributária, pois quer fixar o percentual das Taxas de Segurança Pública e Saúde Pública por decreto. Mas, o decreto não é a lei referida pelo Art. 153, § 29, da Constituição, e, ademais, o pedido configura indisfarçada delegação legislativa.

Evidencia-se no mencionado Art. 1º, do Projeto, a existência de duas situações flagrantemente inconstitucionais. A primeira diz respeito a fixação de percentual de Taxa, que é tributo, por decreto, o que não se admite em face da exigência de lei ordinária, elaborada pelo legislativo, e nesse sentido são taxativos os estudiosos (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ob. cit., e Aliomar Baleeiro, in “Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar”, pág. 44). A segunda concerne à delegação legislativa, também pretendida pelo Governador. Todavia, a Constituição Federal vigente, no que é secundada pela Estadual, não tolera indiscriminadamente a delegação do poder de legislar ao Chefe do Poder Executivo. Na Carta Federal, o Art. 55, Parágrafo único, arrola a determinadas matérias para as quais não é lícito a delegação, porque se trata de atos da competência exclusiva do Congresso Nacional. O mesmo ocorre na Constituição Estadual, cujo Art. 27, § 1º, estatui que: “não poderão ser objeto de delegação as matérias de competências exclusivas da Assembléia Legislativa, nem as leis que dependam da iniciativa do Poder Judiciário”. E, consoante o Art. 21, ainda da Constituição do Estado, compete à Assembléia Legislativa “II — votar o orçamento, as leis tributárias e os programas plurianuais de investimento”. Aqui, a alusão à lei tributária dissipa qualquer dúvida sobre a necessidade de lei ordinária para a instituição de tributo ou a sua cobrança, em correspondência ao princípio constante do Art. 153, § 29, da CF. “Ora, tendo essa reserva de lei o caráter de limitação ao Executivo, como sempre teve, é manifesto contrasenso admitir sua delegação exatamente ao Executivo” (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, do Processo Legislativo, pág. 192).

Não pode, destarte, ser acolhido o Art. 1º, do Projeto, pela sua inelutável inconstitucionalidade, manifestada pela infringência do Art. 153, § 29, da Constituição Federal, e Art. 27, § 1º, da Constituição do Estado.

4. Nessas circunstâncias, o parecer é no sentido de recomendar a APROVAÇÃO DO PROJETO, ressalvado o Art. 1º, o qual, nos termos da Emenda Substitutiva anexa, é suprimido do texto.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1976.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 107/76

Art. 1º — O artigo 3º da Lei número 6264, de 10 de janeiro de 1972 alterado pela Lei número 6470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º — O Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato — tendo como membros, o

Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria da Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego PMEP, o Chefe da 4ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um representante da Secretaria das Finanças”.

Art. 2º — Fica expressamente revogado o artigo 6º da Lei número 6264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1976.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 107/76

O presente Projeto de Lei número 107/75, oriundo da Mensagem Governamental número 48/75, visa, no seu Art. 1º, a autorização desta Assembléia Legislativa para estabelecer através Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas dos Fundos de Reequipamento do Departamento de Trânsito — da Polícia Civil e Médico-Sanitário, respectivamente, FUNRESTRAN, FUNRESPOL e FUNRESAN.

Sobre a matéria, em brilhante e aprofundado parecer de seu Presidente, Deputado Accioly Neto, houve o pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se favorável à Mensagem, com Emenda Substitutiva, excluindo o seu Art. 1º, por uma inconstitucionalidade.

Visando sanar a inconstitucionalidade argumentada, e dotando o Art. 1º do Projeto número 107/75, dentro do verdadeiro objetivo com que foi encaminhado através da exposição de motivos, que o Senhor Secretário das Finanças propôs (Ofício número 536/75-S.F.) e que vem a ser o da autorização por decreto da destinação de recursos referente às citadas Taxas, em percentual, é que apresentamos a Emenda Substitutiva anexa.

Isto exposto, o nosso parecer é FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 107/75, com EMENDA SUBSTITUTIVA ANEXA.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 107/75

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer por Decreto o percentual das destinações de recursos, referentes às Taxas de Segurança e Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, criado pela Lei número 6264, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL, criado pela Lei número 6102, de 27 de maio de 1970 e do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei número 6361, de 21 de dezembro de 1972.

Art. 2º — O Artigo 3º da Lei número 6164, de 10 de janeiro de 1972 alterado pela Lei número 6470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º — O Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato — tendo como membros, o Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego PMEP, o Chefe da 4ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um represen-

tante da Secretaria das Finanças.

Art. 3º — Fica expressamente revogado o artigo 6º da Lei número 6264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 107/75

O Projeto de Lei número 107/75, oriundo de Mensagem Governamental tem por objetivo estabelecer através Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas dos Fundos de Reequipamento do Departamento de Trânsito e da Polícia Civil, como também Médico Sanitário.

Sobre a matéria já houve a manifestação das Doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, apresentando cada uma o seu parecer acompanhado de competente Substituto Geral.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública, temos que o presente projeto de lei atende aos interesses públicos, como bem situa a exposição de motivos de Sua Excelência, o Senhor Secretário das Finanças. No entanto, para melhor adaptar o projeto queremos apresentar Emenda Substitutiva ao mesmo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, com a Emenda Substitutiva que anexamos ao presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1976.

(aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 107/75

PARECER

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer por Decreto o percentual das destinações de recursos, referentes às Taxas de Segurança e Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, criado pela Lei número 6164, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL, criado pela Lei número 6102, de 27 de maio de 1970 e do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei número 6361, de 21 de dezembro de 1972.

Art. 2º — Os fundos de que trata o artigo 1º, terão em seus Conselhos Diretores, pelos quais serão administrados, os Secretários de Estado das respectivas Pastas, como Presidentes natos, além de um representante das Secretarias de Estado das Finanças e Planejamento, para cada Conselho e dos seguintes membros:

I — O Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Comandante da Polícia Militar do Paraná, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego, o Chefe da 4ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN e o Assessor Jurídico do DETRAN, integram o Conselho Diretor do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN;

II — O Diretor da Polícia Civil, na qualidade de Vice-Presidente nato, os Delegados Chefes de Divisão, e um dos Diretores do Instituto de Polícia Técnica, Instituto Médico Legal, Instituto de Identificação e Escola de Polícia, com sucessão rotativa, na ordem ora estabelecida, com mandato de um ano, integram o Conselho Diretor do Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL; e

III — O Coordenador Operativo, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Coordenador de Atenção Médica Integral, o

Coordenador de Epidemiologia e Controle de Doenças e o Chefe do Grupo de Administração Setorial – SESB, integram o Conselho Diretor do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário – FUNRESAN.

Parágrafo único – Os Diretores Gerais das respectivas Pastas, substituirão os Secretários de Estado, na Presidência dos Conselhos Diretores, nos seus impedimentos legais e comporão permanentemente o conselho.

Art. 3º – Ficam revogados o Art. 3º da Lei número 6264, de 10 de janeiro de 1972, alterado pela Lei número 6470, de 22 de outubro de 1973 e o Art. 6º da citada Lei número 6264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1976.

(aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Presidente

QUIELSE CRIÓSTOMO – Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei nº 107/75

O Poder Executivo, através da Mensagem Governamental número 48/75, submete a esta Assembléia Legislativa ante-projeto de Lei, dispondo sobre o percentual das Taxas de Segurança Pública e Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito – FUNRESTRAN, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil – FUNRESPOL, criados, respectivamente, pelas Leis números 6264/72, 6102/70 e 6361/72.

O Projeto de Lei em questão, que tomou o número 107/75, foi analisado pelas Duntas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Saúde Pública, cujos bem lançados e circunstanciados Pareceres foram favoráveis à medida, mas, entretanto, concluíram pela apresentação de Emendas Substitutivas.

A rigor, as emendas substitutivas apresentadas são harmônicas e guardam entre si estreita semelhança em conteúdo e forma, exceto a da Comissão de Constituição e Justiça que suprime o artigo 1º do texto proposto pelo Poder Executivo, por entender o dispositivo ali contido inconstitucional.

Em que pese o brilhante Parecer da referida Comissão de Constituição e Justiça, permitimo-nos, sem adentrar profundamente no estudo da matéria, adotar o entendimento de que o artigo 1º da proposição do Poder Executivo não versa sobre autorização para fixação ou alteração de Taxas mediante decreto. É evidente que isto só poderia ocorrer através de lei e com obediência aos preceitos constitucionais pertinentes. O que o dispositivo almeja é tão somente autorização a fim de que, por decreto, sejam destacadas e estabelecidas quais as parcelas de arrecadação daquelas taxas, que serão carregadas aos Fundos, para aplicação no reequipamento dos respectivos órgãos, isto, obviamente, sem qualquer modificação no tributo em si.

A Douta Comissão de Finanças, procurando equacionar esse aspecto e na preocupação de tornar mais claros e precisos os objetivos da proposição, apresentou bem elaborado substitutivo, no qual a redação da proposição, mediante algumas simples substituições de termos, supera quaisquer dúvidas que poderiam restar com relação ao prisma da constitucionalidade da matéria.

Diante do acima exposto nosso Parecer é favorável ao Projeto de Lei número 107/75, nos precisos termos da Emenda Substitua da Comissão de Finanças, que apoiamos integralmente como se nossa fôsse.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 1976.

(a) WERNER WANDERER

Presidente e Relator

A emendas substitutivas, serão apreciadas em 2ª discussão.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 104/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – Em Regime de Urgência. – Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 104/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se encontra revestida das condições legais e, de acordo com a documentação que anexamos ao presente, está comprovado o preenchimento dos requisitos legais e essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Conforme preceituam normas estatutárias, a associação tem como principal finalidade a promoção de obras filantrópicas dirigida a uma parte da comunidade de nossa Capital, mais especificamente, o bairro do Boqueirão.

Em atividade há mais de ano, vem cumprindo integralmente os propósitos a que se destinou, razão pela qual merece o reconhecimento público.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que, temos a certeza, irá receber o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 104/76

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, visa declarar de utilidade pública a “Associação Comunitária Santo Inácio de Loyola, com sede nesta Capital.

Analisando-se o Processo, a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que a entidade preenche requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO – Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando se faça constar dos Anais da Casa, o artigo publicado na “Folha de Londrina”, sob o título “Transportes Coletivos Urbanos continuarão só com a V.U.L.” – Aprovado. – (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pelo transcurso de Cinquentenário da Arquidiocese de Curitiba. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, pela instalação do 20 CON-CON, a realizar-se nesta Capital. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente do Diretório Regional do MDB e Presidente do Diretório Regional da ARENA, no sentido de que seja estudada uma fórmula capaz de conciliar os interesses dos candidatos e das emissoras de rádio e televisão, no que diz respeito a uma possível reformu-

lação dos horários gratuitos. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 186/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 104/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 84/76.

Marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã dia 19, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/76.
Levanta-se a sessão.

O ARTIGO A SER TRANSCRITO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DÁCIO LEONEL, EM SESSÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1976.

Transportes urbanos continuarão só com a V.U.L.?

CARTA ABERTA AO PREFEITO JOSÉ RICHÁ

Excelentíssimo senhor Prefeito dr. José Richa:

Tomei conhecimento, pela imprensa, que vossa excelência está realizando uma concorrência pública para exploração dos serviços de transportes coletivos de nossa cidade.

Não permita, senhor prefeito, que se dê prosseguimento a essa mal nascida e mal fadada concorrência, na forma exposta no edital.

Como munícipe, como cidadão e como membro desta comunidade londrinense, conheço o seu bom senso, seu equilíbrio, seu tirocínio e sua honradez, por todos lonsados e nunca duvidados, dr. José Richa.

Daí porque a minha estranheza por essa inoportuna, extemporânea e infeliz concorrência para exploração dos transportes coletivos urbanos de nossa cidade que, de plano, provoca as seguintes indagações:

1 — A referida concorrência na forma da lei que a aprovou e do edital que a convocou é de interesse do povo?

2 — A concorrência, às vésperas das eleições municipais e no fim de seu mandato é, moral, filosófica, ética, administrativa e politicamente recomendável?

3 — A entrega a uma única e exclusiva empresa, pelo prazo de 10 anos, prorrogáveis por outros 10 anos, de todas as linhas presentes e futuras, numa cidade como Londrina, que terá nesse período, aproximadamente um milhão e trezentos mil habitantes é ato politicamente correto?

4 — É moralmente válida a cláusula que obriga o município a comprar todo o acervo da concessionária, depois de vinte

anos de uso, tais como ônibus, imóveis, equipamentos, acessórios e tudo o mais, mediante indenização pelo real valor, inclusive o ponto e o fundo de comércio de tal empresa?

5 — É correto politicamente que um prefeito em fim de mandato assuma o compromisso para que outro prefeito seja obrigado a adquirir sucata e carcaça de ônibus velhos, daqui a vinte anos?

6 — Afora a empresa que atualmente explora os serviços de transporte coletivo de nossa cidade, título permissivo, crê vossa excelência que qualquer outra empresa daqui ou de fora tenha condições de atender às exigências, a curto prazo, não para efetivamente explorar o serviço, mas tão somente para enfrentar a concorrência?

7 — Melhor reexaminando o assunto, não concorda vossa excelência que a exigência de capital mínimo de Cr\$ 10.000.000,00; experiência mínima de 10 anos no ramo prova de propriedade de um mínimo de 100 ônibus; prova de contratação de pessoal suficiente para operar tais ônibus e a posse de garagem com um mínimo de 15.000,00 metros quadrados, em Londrina, representa, na prática, a entrega antecipada da concessão pelos longos vinte anos, à atual empresa que já vem explorando o serviço, isto é, à Viação Urbana Londrinense?

8 — Não é mais lógico, política e administrativamente que o senhor dr. José Richa, prefeito em fim de mandato, deixe este assunto de vital importância para ser solucionado pelo futuro prefeito a ser eleito dentro de trinta dias, sem as conseqüentes interferências e pressões que uma campanha político-eleitoral provoca?

9 — Se assim não entender o senhor, dr. José Richa, não é então, pelo menos mais recomendável, que vossa excelência remeta nova mensagem à Câmara Municipal, para aprovação de outra lei que permita a concessão, não pela totalidade dos serviços, mas por linhas e trechos a diversas empresas, o que implicaria na quebra do monopólio até hoje existente?

10 — Quais os benefícios que advirão para a comunidade londrinense e para os usuários dos transportes coletivos urbanos, com a exploração de tais serviços por uma única e exclusiva empresa, presente e futuramente, durante os próximos 20 anos?

11 — Crê, sinceramente, senhor prefeito, que a concorrência, tal como foi posta, tem autenticidade verdadeira? Que a extensão dos serviços (totalidade das linhas) e a amplitude das exigências permitirão uma disputa efetiva? Que em realidade haverá competição e concorrência na pureza dessas expressões?

A quem, realmente, interessa economicamente a concorrência da forma em que está sendo feita a efetiva exploração dos serviços por uma única empresa de transportes coletivos, em Londrina?

Londrina, 12 de outubro de 1976.

Atenciosamente
ALDYR DIAS VIANNA
Advogado